



Manifestantes bolsonaristas em frente à Polícia Federal

Bolsonaro não consegue capitalizar prisão

Aliados e analistas avaliam situação do ex-presidente

“Que horas que o senhor começou a fazer isso, seu Jair?”, pergunta a diretora penitenciária Rita Gaio, sugerindo trivialidade na entoação. Seu interlocutor, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), admite ter usado, na tarde anterior, ferro quente para violar a tornozela. “Curiosidade”, diz ele no vídeo em que só ouvimos vozes e vemos o objeto avariado. Bolsonaro acabaria preso na sede da Polícia Federal, em Brasília.

Em toda a operação, a única fotografia do ex-presidente reduz sua figura a um vulto.

Fato midiático

Em 2018, quando foi preso, o hoje presidente Lula (PT) criou um fato midiático, saindo da sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, nos braços dos apoiadores.

Para aliados de ambos os políticos e pesquisadores do tema, Bolsonaro não conseguiu capitalizar politicamente o episódio de sua prisão, deixando um vácuo na direita, que, acuada, agora tenta se reorganizar.

Sem margem

A deputada federal Rosana Valle (PL-SP) pondera que o ex-presidente já cumpria medida cautelar em sua casa no momento em que o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu prendê-lo preventivamente, sob justificativa de risco de fuga.

Nesta semana, o magistrado confirmou que Bolsonaro cumpria a pena por tentativa de golpe de Estado na sede da PF. Nesse contexto, diz a deputada, não houve margem para a mobilização de apoiadores.

“As pessoas de direita estão se sentindo acudadas, porque a gente acredita que a nossa liberdade está cerceada”, diz Valle.

“Não acredito em enfraquecimento do bolsonarismo, não há abandono de Bolsonaro. O que existe é cautela, preocupação para não aumentar esse clima de exceção. A direita está se rearticulando.”

A deputada diz ainda que o PL Mulher, presidido pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, pode ser um trunfo no processo de rearticulação. As viagens de Michelle estão mantidas até o fim do ano e, segundo a parlamentar, há o desejo de reforçar o trabalho do grupo com as famílias conservadoras.



Prisão de Lula em 2018 virou ato midiático

Prisão na PF

Em sua decisão pela prisão preventiva, Moraes assinalou que os agentes deveriam respeitar a dignidade de Bolsonaro, cumprindo o mandado no início da manhã, sem algemas e, sobretudo, sem exposição midiática. Ele citaria o precedente de Lula para manter Bolsonaro na PF, e não em um presídio.

Há sete anos, o então juiz Sergio Moro não ignorou a questão midiática. Ele também vetou o uso de algemas durante a ação para prender Lula, determinando o cumprimento da pena numa sala reservada na sede da PF em Curitiba, onde o petista ficaria 580 dias.

Naquela altura, era a Lava Jato, e Lula estava condenado por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex de Guarujá.

O Supremo anularia, em 2021, as condenações, considerando a Justiça do Paraná incompetente para julgar aqueles processos, após a revelação de mensagens que revelavam conversas entre Moro e procuradores da operação.

De toda sorte, as medidas do então juiz, hoje senador pelo União Brasil-PR, para impedir a exploração midiática no momento da prisão de Lula se mostraram ineficazes.

De 5 a 7 de abril de 2018, o petista transformou a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo (SP) em um bunker, retardando a ação dos agentes federais.

“Uma ideia”

No momento de se entregar, protagonizou uma imagem sua carregado pelos seus apoiadores, aglomerados na porta do edifício. A foto seria repercutida pela mídia estrangeira. Roubando os holofotes para si, fez um discurso afirmando que não era mais um ser humano, mas uma ideia.

Na época, ainda gravou uma série de vídeos para a campanha do PT ao Planalto. A deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), que acompanhou os momentos que antecederam a rendição, avalia que Lula conseguiu manter a coesão da militância petista, algo que Bolsonaro não soube fazer.

“Ninguém vacilou diante do que poderia ocorrer com Lula. O discurso do presidente reconectou o PT à base histórica”, diz. “Bolsonaro tem um bloco de partidos dividido e só mantém o apoio dos fanáticos.”

Ela diz ser cedo para decretar o fim do bolsonarismo, pois, segundo ela, as novas lideranças de direita deverão dialogar, nas próximas eleições, com o legado do ex-presidente.

Vazio

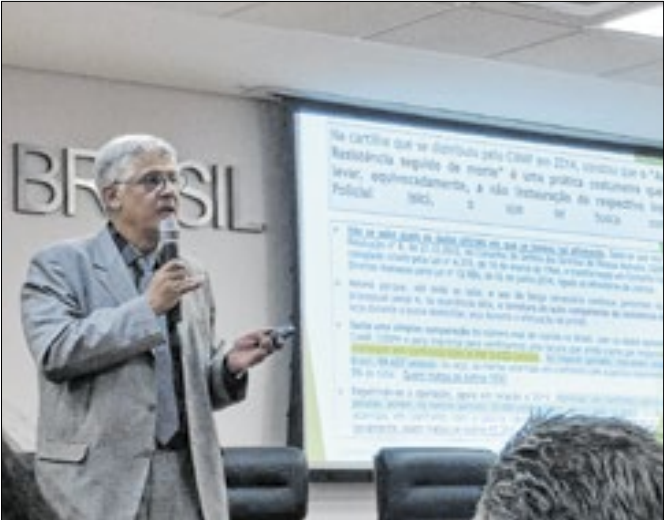
Professor de Comunicação da PUC-Rio e pesquisador da relação entre mídia e política, Arthur Ituassu concorda que o petista conseguiu mobilizar o eleitorado de esquerda antes e durante o tempo de reclusão.

“O que ocorre agora é um vazio na direita, uma disputa

Valter Campanato/Agência Brasil

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Assis: STM não é a última instância no caso

Perda de patentes deverá chegar ao STF

Deverá ficar com o Supremo Tribunal Federal a decisão definitiva sobre a retirada de posto e patente dos militares — entre eles, Jair Bolsonaro — condenados por tentativa de Golpe de Estado e de abolição do Estado Democrático de Direito.

Segundo Jorge Cesar de Assis, advogado e, por 16 anos, integrante do Ministério Público Militar, a parte que se sentir pre-

judicada pela decisão do Superior Tribunal Militar tem o direito de recorrer à instância superior.

Autor de livros sobre Justiça Militar, Assis disse à coluna que, num primeiro momento, a parte que se sentir prejudicada (defesa ou acusação) pode apresentar embargos no próprio STM caso a decisão não seja unânime. E, depois, entrar com Recurso Extraordinário no STF.

Dignidade

Formado por dez militares — todos, oficiais-generais — e cinco civis, o STM vai decidir se tentar derubar a democracia é algo digno de ser cometido pelos cinco condenados de integrarem o núcleo crucial do golpe. A análise, depende, porém, de representação do MPM.

Prisão comum

Se perderem posto e patente, todos serão expulsos das Forças Armadas. Isto, ressalta o advogado, fará com que os quatro oficiais-generais condenados percam o direito de ficar presos em instalações militares. Terão, portanto, que ir para presídios.



STM costuma levar em conta passado dos oficiais

Omissão em código não impede julgamento

Feito durante a ditadura, o Código Penal Militar, como mostrado na sexta pela coluna, não cita os crimes dos condenados entre os capazes de gerar declaração de indignidade ou incompatibilidade. Mas, frisa Assis, a Constituição estipula julgamento em tribunal militar em caso de condenação pela Justiça comum a penas

superiores a dois anos. Ele não faz previsões sobre a decisão, mas cita que os crimes dos condenados são “graves e compatíveis” com a declaração de indignidade. Ele não lembra, porém, de o STM ter retirado posto e patente de general. O tribunal, diz, tende a levar em conta os serviços prestados pelo oficial.

Impacto

O ex-integrante do MPM ressalta outro detalhe: a decisão que vier a ser tomada pelo STM vai impactar a avaliação sobre perda de cargo e patente dos seis coronéis e tenente-coronéis, ex-integrantes das Forças Especiais do Exército, condenados pelo STF a até 24 anos.

Libertado 1

Na quinta, o Correio Bastidores publicou o caso de Vinicius de Souza Cordeiro, diagnosticado com esquizofrenia e mantido preso preventivamente por quase seis meses por ter tentado furtar blusas em sua barraca de barraca de feira. Na sexta, a prisão foi revogada.

Libertado 2

A juíza Clara Pereira da Silva, da 36a Vara Criminal, reconsiderou decisão anterior e concedeu liberdade a Cordeiro. Impôs obrigatoriedade de retomada de tratamento psiquiátrico, comparecimento mensal à Justiça e proibição de que ele se ausente do Estado.

Rachaduras

A tragédia causada pela mineração subterrânea em Maceió (AL) é o tema de “Cidade rachada” (Máquina de Livros), que a jornalista Cristina Serra lançará dia 3, a partir das 18h, na Janela Livraria do Shopping da Gávea, no Rio. Cerca de 60 mil pessoas perderam suas casas.

Gustavo Zeitel (Folhapress)